

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A ausência de marcação ou a marcação de mais de um campo não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja opção constituída pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nas questões que demandem **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CDC = Código de Defesa do Consumidor; CP = Código Penal; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; IP = inquérito policial; LEG = Lei Estadual de Goiás; LEP = Lei de Execução Penal; LO-PC/GO = Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado de Goiás; MP = Ministério Público; MPF = Ministério Público Federal; ONU = Organização das Nações Unidas; PC/GO = Polícia Civil do Estado de Goiás; RDD = regime disciplinar diferenciado.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto CB1A1AAA

1 Na Idade Média, durante o período feudal, o príncipe  
era detentor de um poder conhecido como *jus polítiae* —  
direito de polícia —, que designava tudo o que era necessário  
4 à boa ordem da sociedade civil sob a autoridade do Estado, em  
contraposição à boa ordem moral e religiosa, de competência  
exclusiva da autoridade eclesiástica.

7 Atualmente, no Brasil, por meio da Constituição  
Federal de 1988, das leis e de outros atos normativos,  
é conferida aos cidadãos uma série de direitos, entre os quais  
10 os direitos à liberdade e à propriedade, cujo exercício deve ser  
compatível com o bem-estar social e com as normas de direito  
público. Para tanto, essas normas especificam limitações  
13 administrativas à liberdade e à propriedade, de modo que, a  
cada restrição de direito individual — expressa ou implícita na  
norma legal —, corresponde equivalente poder de polícia  
16 administrativa à administração pública, para torná-la efetiva e  
fazê-la obedecida por todos.

Internet: <www.ambito-juridico.com.br> (com adaptações).

### QUESTÃO 1

De acordo com o texto CB1A1AAA,

- Ⓐ o poder de polícia refere-se à faculdade de que dispõe a administração pública para tornar efetiva e fazer obedecida cada restrição de direitos e liberdades individuais, em consonância com o bem-estar social.
- Ⓑ a autoridade administrativa, sob a invocação do poder de polícia, poderá anular as liberdades públicas ou aniquilar os direitos fundamentais do indivíduo previstos na Constituição Federal de 1988.
- Ⓒ o fato de a Constituição, as leis e outros atos normativos conferirem aos cidadãos os direitos à liberdade e à propriedade pressupõe a existência de direito público subjetivo absoluto no Estado moderno, desde que seja respeitada a boa ordem da sociedade civil.
- Ⓓ o mecanismo denominado como poder de polícia, usado pela administração pública para deter os abusos no exercício do direito individual, é restrito à atuação da administração no âmbito federal.
- Ⓔ o denominado *jus polítiae* que o príncipe detinha na Idade Média equivale, nos dias atuais, ao poder de polícia conferido à administração pública.

### QUESTÃO 2

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto CB1A1AAA, assinale a opção correta.

- Ⓐ A supressão da vírgula empregada logo após “normativos” (ℓ.8) manteria a coesão e a correção textual, uma vez que, no contexto dado, seu emprego é facultativo.
- Ⓑ A coesão textual seria mantida se a expressão “os quais” (ℓ.9) fosse substituída por **aqueles**.
- Ⓒ No primeiro parágrafo, a substituição do par de travessões por um par de parênteses preservaria a coesão textual.
- Ⓓ A substituição de “sob” (ℓ.4) por **pela** manteria a coesão textual.
- Ⓔ O elemento “à”, nas linhas 4 e 5, introduz complementos da forma verbal “designava” (ℓ.3).

### QUESTÃO 3

Com referência aos mecanismos de coesão e aos tempos e modos verbais empregados no texto CB1A1AAA, assinale a opção correta.

- Ⓐ A substituição da forma verbal “designava” (ℓ.3) por **chamava** manteria a coesão e o sentido original do texto.
- Ⓑ O antecedente do pronome “cujo” (ℓ.10) pode ser o vocábulo “direitos”, do trecho “uma série de direitos” (ℓ.9), ou a expressão “os direitos à liberdade e à propriedade” (ℓ.10).
- Ⓒ A coesão textual seria mantida caso a expressão “Para tanto” (ℓ.12) fosse substituída pelo vocábulo **Porquanto**.
- Ⓓ Nas linhas 16 e 17, as formas pronominais em “torná-la” e “fazê-la” referem-se ao termo “administração pública”.
- Ⓔ A substituição da forma verbal “era” (ℓ.2) pela forma verbal **foi** geraria problema no sequenciamento textual, uma vez que tais formas verbais de passado possuem funções diferentes.

**QUESTÃO 4**

Quanto aos termos empregados no texto CB1A1AAA, às ideias nele contidas e à ortografia oficial da língua portuguesa, assinale a opção correta.

- A O sentido original do texto seria preservado e as normas da ortografia oficial da língua portuguesa seriam respeitadas caso se substituísse o trecho “é conferida aos cidadãos uma série de direitos” (l.9) por **aos cidadãos confere-se muitos direitos**.
- B O emprego do hífen no vocábulo “bem-estar” justifica-se pela mesma regra ortográfica que justifica a grafia do antônimo desse vocábulo: **mal-estar**.
- C As formas verbais “torná-la” e “fazê-la” (l. 16 e 17) recebem acentuação gráfica porque se devem acentuar todas as formas verbais combinadas a pronome enclítico.
- D A mesma regra de acentuação justifica o emprego de acento em “à” (l.4) e “é” (l.9).
- E O vocábulo “período” é acentuado em razão da regra que determina que se acentuem palavras paroxítonas com vogal tônica **i** formadora de hiato.

**Texto CB1A2AAA**

1 Em linhas gerais, há na literatura econômica duas  
explicações para a educação ser tida como um fator de redução  
da criminalidade. A primeira é que a educação muda as  
4 preferências intertemporais, levando o indivíduo a ter menos  
preferência pelo presente e a valorizar mais o futuro, isto é,  
a ter aversão a riscos e a ter mais paciência. A segunda  
7 explicação é que a educação contribui para o combate à  
criminalidade porque ensina valores morais, tais como  
disciplina e cooperação, tornando o indivíduo menos suscetível  
10 a praticar atos violentos e crimes.

Há outras razões pelas quais se podem associar  
educação e redução da criminalidade. Quanto maior o nível de  
13 escolaridade do indivíduo, maior será para ele o retorno do  
trabalho lícito (isto é, o salário), e isso eleva o custo de  
oportunidade de se cometer crime. Além disso, há uma questão  
16 relacionada à possibilidade do estado de dependência do crime:  
a probabilidade de se cometerem crimes no presente está  
relacionada à quantidade de crimes que já se cometeram. Dessa  
19 forma, manter as crianças na escola, ocupadas durante o dia,  
contribuiria a longo prazo para a redução da criminalidade.  
Acredita-se, por essa razão, que haja uma relação entre maior  
22 nível de escolaridade e redução da criminalidade. A  
criminalidade é uma externalidade negativa com enormes  
custos sociais e, se a educação consegue diminuir a violência,  
25 o retorno social pode ser ainda maior que o retorno privado.

R. A. Duenhas, F. O. Gonçalves e E. Gelinski Jr. Educação, segurança pública e violência nos municípios brasileiros: uma análise de painel dinâmico de dados. UEPG Ci. Soc. Apl., Ponta Grossa, 22 (2):179-91, jul.-dez./2014. Internet: <www.revistas2.uepg.br> (com adaptações).

**QUESTÃO 5**

Nas opções a seguir, constam propostas de reescrita do trecho “Há outras razões pelas quais se podem associar educação e redução da criminalidade.” (l. 11 e 12). Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém o sentido original, a formalidade e a correção gramatical do texto CB1A2AAA.

- A Outras razões existem porque é plausível associar educação e redução da criminalidade.
- B Existe outras razões em que é possível associar educação e redução da criminalidade.
- C Há outras razões em quais pode se associar educação à redução da criminalidade.
- D Existem outras razões por que é possível associar educação e redução da criminalidade.
- E Tem outras razões que é possível associar educação e redução da criminalidade.

**QUESTÃO 6**

No texto CB1A2AAA, a palavra “aversão” (l.6) foi empregada no sentido de

- A pavor.
- B repugnância.
- C intolerância.
- D indiferença.
- E atração.

**QUESTÃO 7**

A oração “que já se cometeram” (l.18)

- A equivale, sintática e semanticamente, a **que foi cometida**.
- B está coordenada à expressão “quantidade de crimes” (l.18).
- C explica o termo “crimes” (l.18).
- D complementa o substantivo “quantidade” (l.18).
- E restringe o sentido do termo “crimes” (l.18).

**QUESTÃO 8**

As opções subsequentes apresentam propostas de reescrita do seguinte período do texto CB1A2AAA: “Acredita-se, por essa razão, que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.” (l. 21 e 22). Assinale a opção que apresenta proposta de reescrita que preserva a correção gramatical e o sentido original do texto.

- A Acredita-se que haja, por essa razão, uma relação, entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.
- B Acredita-se por essa razão, que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.
- C Por essa razão, acredita-se, que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.
- D Acredita-se que haja por essa razão, uma relação, entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.
- E Por essa razão, acredita-se que haja uma relação entre maior nível de escolaridade e redução da criminalidade.

**QUESTÃO 9**

Durante a Idade Moderna, prevaleceram na Europa as práticas econômicas mercantilistas, voltadas para o fortalecimento dos Estados nacionais e o enriquecimento de seus empreendedores. Em larga medida, o entesouramento de metais preciosos era o objetivo mais evidente, o que explica o grande interesse na descoberta e na exploração desses metais nas colônias do Novo Mundo. Nesse contexto se processou a ocupação das áreas interioranas da América portuguesa, que, no caso específico de Goiás, deu-se, sobretudo, a partir do século XVII. A respeito do desbravamento do território goiano e de aspectos relacionados a esse desbravamento, assinale a opção correta.

- A** A Guerra dos Emboabas, ocorrida nas Minas Gerais, interrompeu a marcha dos desbravadores paulistas em direção ao Centro-Oeste, retardando em muito a ocupação e a exploração econômica das terras goianas.
- B** O declínio da extração aurífera em Goiás ocorreu na primeira metade do século passado, quando a multiplicação de indústrias alterou radicalmente o panorama econômico de toda a região central do país.
- C** Fundada por Bartolomeu Bueno da Silva, o primeiro Anhanguera, a sede inicial da capitania goiana recebeu desse bandeirante o nome de Goiás, homenagem aos habitantes de extensa região que margeava o rio Tietê.
- D** O desbravamento de Goiás deveu-se à ação dos bandeirantes que, a partir de São Paulo, embrenharam-se pelos denominados sertões em busca de, além de ouro e pedras preciosas, índios para serem escravizados.
- E** A ação dos desbravadores foi severamente punida pela metrópole portuguesa, receosa de que as riquezas eventualmente encontradas no interior da colônia fossem contrabandeadas e escapassem ao fisco lusitano.

**QUESTÃO 10**

Relativamente à modernização da agricultura, à urbanização e à demografia do território goiano, e ao atual panorama econômico do estado de Goiás, assinale a opção correta.

- A** O alto nível de desenvolvimento econômico da região norte de Goiás foi decisivo para o desmembramento que deu origem ao estado do Tocantins.
- B** Graças à crescente importância do agronegócio na economia do estado de Goiás, a população goiana é majoritariamente rural.
- C** Com o declínio da mineração, a economia goiana voltou-se para a agricultura de exportação, com produção destinada ao mercado exterior.
- D** A partir das últimas décadas do século passado, a economia goiana viu o agronegócio expandir-se e ampliou seu parque industrial.
- E** Atualmente, o setor de serviços desempenha reduzido papel na composição do produto interno bruto de Goiás.

**QUESTÃO 11**

Acerca dos aspectos relacionados ao contexto econômico e político que justifica a construção, na década de 30 do século XX, de uma nova capital para o estado de Goiás, assinale a opção correta.

- A** Os primeiros registros do desejo de mudança da capital de Goiás datam da década de 30 do século passado, em decorrência da necessidade de promover o desenvolvimento econômico do estado.
- B** A mineração, atividade econômica que sustentava a cidade de Goiás no século XVIII, era suficientemente rentável para justificar a manutenção do seu *status* de capital do estado e a oposição ao projeto de transferência da capital na década de 30 do século passado.
- C** Em termos políticos, a construção de Goiânia insere-se na conjuntura da Revolução de 1930, que pretendia, entre outros objetivos, enfraquecer o poder das oligarquias regionais sobre as instâncias políticas e administrativas.
- D** A fundação da nova capital deveu-se a Pedro Ludovico Teixeira, agente do governo de Getúlio Vargas sem conexões políticas no estado, que conseguiu êxito no projeto graças à sua posição de interventor federal em Goiás.
- E** A necessidade de desenvolver a economia regional justificou a fundação da nova capital goiana, cujo urbanismo, entretanto, não superou o traçado barroco da arquitetura colonial, símbolo do atraso econômico.

**QUESTÃO 12**

A respeito do povoamento do estado de Goiás, assinale a opção correta.

- A** O arraial de Catalão foi fundado na primeira metade do século XIX, pelo interesse de um particular em atrair povoadores para as suas terras.
- B** Anápolis integra o grupo de cidades goianas cujas origens estão nos arraiais da mineração do ouro.
- C** A famosa bandeira do Anhanguera ao sertão dos goyazes — século XVIII — tinha por objetivo o apresamento de quilombolas para empregá-los como mão de obra nas fazendas paulistas.
- D** A atual cidade de Goiás teve suas origens no arraial de Santana, um assentamento de portugueses que chegaram ao rio Vermelho em busca de ouro, no final do século XVI.
- E** O assentamento populacional em Jaraguá decorreu da expansão dos engenhos de açúcar da região de Pirenópolis.

**QUESTÃO 13**

No que se refere ao estado de Goiás no contexto brasileiro do século XX, assinale a opção correta.

- A** A ocupação do Mato Grosso goiano, entre as décadas de 40 e 60, fez parte de um movimento amplo de expansão da fronteira e de grandes investimentos agropecuários.
- B** No começo da década de 60, o Plano de Desenvolvimento do governo de Mauro Borges pretendia fortalecer a economia rural de Goiás.
- C** Durante a ditadura militar, foram criados planos nacionais de desenvolvimento voltados à superação da dependência econômica do agronegócio, os quais beneficiaram Goiás.
- D** A partir da Proclamação da República, o poder do governo federal se sobrepôs ao poder das oligarquias goianas no panorama regional.
- E** A fundação da Estrada de Ferro Goiás, no início do século XX, objetivava facilitar as comunicações entre a capital da província e o Rio de Janeiro.

**QUESTÃO 14**

A respeito do bioma cerrado no estado de Goiás e de sua ocupação nas últimas décadas, assinale a opção correta.

- A As formas de relevo pertinentes ao cerrado são um fator favorável a sua conservação, já que dificultam a prática da agricultura e, por consequência, a erosão dos solos.
- B Os mananciais presentes no cerrado são essenciais para a economia do estado de Goiás e abastecem grandes bacias hidrográficas do país.
- C A biodiversidade do cerrado é pouco abundante se comparada à dos demais biomas brasileiros; entretanto, sua preservação deve ser meta em todos os níveis do governo.
- D A introdução de novas pastagens e a expansão das áreas de pecuária extensiva contribuíram para o aumento da diversidade de espécies vegetais e para a preservação dos solos do cerrado.
- E As unidades de conservação criadas no estado de Goiás, como parques e reservas, não alcançaram seus objetivos de preservação ambiental em virtude dos constantes incêndios no período de estiagem.

**QUESTÃO 15**

Para o correto funcionamento de determinado ambiente computacional, é necessário que o programa `xpto`, gravado no diretório `/home/fulano/`, seja executado simultaneamente aos outros programas do sistema operacional Linux que estejam em execução.

A respeito dessa situação, é correto afirmar que a execução do programa `xpto`

- A pode ser verificada por meio do comando `ls xpto | /sys/proc`.
- B não ocorrerá, pois o programa se encontra no diretório `/home`, onde o Linux não permite gravação de arquivos binários.
- C pode ser verificada por meio do comando `ps -ef | grep xpto`.
- D pode ser verificada por meio do comando `ls /home/fulano/xpto | proc`.
- E pode ser verificada por meio do comando `ls process xpto | /sys/proc`.

**QUESTÃO 16**

Acerca da inserção de seções em planilhas e textos criados no Microsoft Office, assinale a opção correta.

- A Em um documento Word, as seções podem ser utilizadas para que, em uma mesma página, parte do texto esteja em uma coluna e outra parte, em duas colunas.
- B No Word, as seções são utilizadas como meio padrão para se inserir rodapé e cabeçalho no documento.
- C No Excel, as seções são utilizadas para separar figuras de um texto que estejam em quadros.
- D A inserção de índices analíticos no Word implica a inserção de seções entre as páginas, em todo o documento.
- E No Excel, as seções são utilizadas para separar gráficos e valores em uma mesma planilha.

**QUESTÃO 17**

Assinale a opção que apresenta procedimento correto para se fazer backup do conteúdo da pasta Meus Documentos, localizada em uma estação de trabalho que possui o Windows 10 instalado e que esteja devidamente conectada à Internet.

- A Deve-se instalar e configurar um programa para sincronizar os arquivos da referida pasta, bem como seus subdiretórios, em uma *cloud storage*.
- B Deve-se permitir acesso compartilhado externo à pasta e configurar o Thunderbird para sincronizar, por meio da sua função backup externo, os arquivos da referida pasta com a nuvem da Mozilla.
- C Depois de permitir acesso compartilhado externo à pasta, deve-se configurar o Facebook para que tenha seus arquivos e subpastas sincronizados com a *cloud storage* privada que cada conta do Facebook possui.
- D Os arquivos devem ser copiados para a área de trabalho, pois nessa área o sistema operacional, por padrão, faz backups diários e os envia para o OneDrive.
- E O Outlook Express deve ser configurado para anexar diariamente todos os arquivos da referida pasta por meio da função backup, que automaticamente compacta e anexa todos os arquivos e os envia para uma conta de *email* previamente configurada.

**QUESTÃO 18**

Os mecanismos de proteção aos ambientes computacionais destinados a garantir a segurança da informação incluem

- A controle de acesso físico, *token* e *keyloggers*.
- B assinatura digital, política de chaves e senhas, e *honeypots*.
- C política de segurança, criptografia e *rootkit*.
- D *firewall*, *spyware* e antivírus.
- E *adware*, bloqueador de *pop-ups* e bloqueador de *cookies*.

**QUESTÃO 19**

O cavalo de Troia (*trojan*)

- A impede que o sistema operacional se inicie ou seja executado corretamente.
- B aumenta o tráfego na Internet e gera um grande volume de dados de caixas postais de correio eletrônico.
- C pode ser instalado por vírus, *phishing* ou outros programas, com a finalidade de abrir um *backdoor*.
- D também é conhecido como vírus de macro, por utilizar os arquivos do MS Office.
- E não pode ser combatido por meio de *firewall*.

**QUESTÃO 20**

Com relação aos procedimentos de backup, assinale a opção correta.

- A O backup incremental deve ser feito depois de realizada cópia completa de todos os arquivos de interesse.
- B A cópia completa deve ser feita periodicamente, para copiar os arquivos que sofreram alguma modificação na última cópia incremental.
- C Na cópia incremental, não é necessário especificar os intervalos de tempo em que houve alterações nos arquivos.
- D O backup incremental não utiliza dados recuperados das cópias completas.
- E Na cópia incremental, os arquivos copiados anteriormente são recopiados, independentemente do ponto de recuperação definido.

## CONHECIMENTOS GERAIS

### QUESTÃO 21

Pedro, maior e capaz, compareceu a uma delegacia de polícia para ser ouvido como testemunha em IP. Todavia, quando Pedro apresentou sua carteira de identidade, a autoridade policial a reteve e, sem justo motivo nem ordem judicial, permaneceu com tal documento durante quinze dias.

Nessa situação hipotética, a atitude da autoridade policial constituiu

- A crime punível com multa.
- B fato atípico, pois sua conduta não pode ser considerada crime ou contravenção penal.
- C contravenção penal punível com prisão simples.
- D crime punível com detenção.
- E crime punível com reclusão.

### QUESTÃO 22

Com base na Lei n.º 8.069/1990, assinale a opção que apresenta medida passível de aplicação por autoridade competente tanto a criança quanto a adolescente que cometa ato infracional.

- A prestação de serviços à comunidade
- B internação em estabelecimento educacional
- C requisição de tratamento psicológico
- D inserção em regime de semiliberdade
- E liberdade assistida

### QUESTÃO 23

Alice, de dez anos de idade, moradora de Goiânia – GO, irá viajar para Salvador – BA e, posteriormente, para o exterior.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 8.069/1990, se estiver acompanhada de um

- A dos pais, Alice precisará de autorização judicial para viajar para Salvador – BA e para o exterior.
- B tio que apresente documento comprovando o parentesco, Alice não precisará de autorização judicial para viajar para Salvador – BA.
- C irmão maior de dezoito anos que apresente documento comprovando o parentesco, Alice não precisará de qualquer tipo de autorização para viajar para o exterior.
- D primo adolescente, Alice poderá viajar para Salvador – BA, independentemente de qualquer tipo de autorização.
- E dos pais, Alice não precisará de qualquer tipo de autorização para viajar para o exterior.

### QUESTÃO 24

De acordo com o que prevê o Estatuto do Idoso — Lei n.º 10.741/2003 —, constitui infração administrativa

- A induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou de deles dispor livremente.
- B deixar o profissional de saúde de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso dos quais tiver conhecimento.
- C lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal.
- D coagir, de qualquer modo, o idoso a outorgar procuração.
- E negar o acolhimento do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento.

### QUESTÃO 25

Caso uma pessoa seja ré em processo criminal por supostamente ter cometido homicídio qualificado, eventual interceptação de suas comunicações telefônicas

- A dependerá de ordem do juiz competente, sob sigilo de justiça.
- B poderá ser admitida por meio de parecer favorável de representante do MP.
- C não poderá exceder o prazo improrrogável de quinze dias, se concedida pelo juiz.
- D poderá ser admitida, ainda que a prova possa ser feita por outros meios.
- E deverá ser negada, se for requerida verbalmente ao juiz competente.

### QUESTÃO 26

- Cláudio responde a IP por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de reclusão.
- Ana é ré em processo criminal por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de detenção.
- Clóvis responde a IP por supostamente ter cometido crime sujeito a pena de detenção.

Nessas situações hipotéticas, poderá ocorrer a interceptação das comunicações telefônicas

- A de Cláudio e de Clóvis, mediante requerimento da autoridade policial.
- B somente de Ana, por meio de requerimento do representante do MP.
- C somente de Clóvis, mediante requerimento do representante do MP.
- D de Ana, de Clóvis e de Cláudio, por meio de despacho de ofício do juiz ou mediante requerimento da autoridade policial ou do representante do MP.
- E somente de Cláudio, por meio de despacho de ofício do juiz.

### QUESTÃO 27

Nas eleições municipais de Goiânia – GO para o ano de 2016,

- Fernanda foi candidata a vereadora;
- Flávio foi candidato a prefeito;
- Clara foi eleitora;
- Paulo foi membro da mesa receptora;
- João foi fiscal de partido político.

Nessas situações hipotéticas, de acordo com a Lei n.º 4.737/1965, não poderiam ser detidos ou presos, salvo em flagrante delito, desde quinze dias antes da eleição,

- A Fernanda, Flávio e Clara.
- B Flávio, Clara e João.
- C Paulo e João.
- D Fernanda e Flávio.
- E Clara, Paulo e João.

**QUESTÃO 28**

De acordo com a Lei n.º 10.741/2003, a retenção, sem justo motivo, de cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios de pessoa idosa é considerada

- A** crime de ação penal pública incondicionada.
- B** infração administrativa.
- C** crime punível com reclusão, seja a conduta culposa, seja ela dolosa.
- D** fato atípico, pois constitui conduta que não pode ser considerada crime.
- E** contravenção penal.

**QUESTÃO 29**

De acordo com a Lei n.º 7.492/1986, o indivíduo que gerir fraudulentamente determinada instituição financeira

- A** não poderá ser vítima da decretação de prisão preventiva no curso do processo.
- B** cometerá crime cuja ação penal será promovida pelo MPF.
- C** terá sua pena aumentada de um terço, se a gestão tiver sido temerária.
- D** responderá por crime, ainda que tenha agido culposamente.
- E** cometerá crime que deverá ser processado e julgado pela justiça estadual.

**QUESTÃO 30**

Com base na Lei n.º 7.492/1986, a tipificação dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional

- A** inadmite confissão espontânea perante autoridade policial.
- B** inadmite coautoria.
- C** inadmite participação.
- D** admite coautoria ou participação, e, se ocorrer confissão espontânea que revele toda a trama delituosa, a pena será reduzida de um a dois terços.
- E** admite coautoria ou participação, e, se ocorrer confissão espontânea que revele toda a trama delituosa, será concedido o perdão judicial da pena.

**QUESTÃO 31**

Em determinada eleição municipal,

- Luciano tentou votar mais de uma vez;
- ao fazer propaganda eleitoral, Márcio injuriou Carmem, ofendendo-lhe a dignidade;
- Tatiane tentou violar o sigilo de uma urna.

Nessas situações hipotéticas, à luz da Lei n.º 4.737/1965,

- A** Tatiane poderá ter a pena reduzida em razão da tentativa.
- B** Márcio, necessariamente, terá a pena aplicada pelo juiz, ainda que tenha agido em caso de retorção imediata que consista em outra injúria.
- C** Luciano, Márcio e Tatiane responderão por crime de ação pública.
- D** Márcio responderá por crime de ação privada.
- E** Luciano poderá ter a pena reduzida em razão da tentativa.

**QUESTÃO 32**

- Gabriel, como dirigente de estabelecimento de atenção à saúde de gestantes, deixou de fornecer a uma parturiente, na ocasião da alta médica desta, declaração de nascimento em que constassem as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- Júlia, professora de ensino fundamental, teve conhecimento de caso que envolvia suspeita de maus-tratos contra uma aluna de dez anos de idade e deixou de comunicar o fato à autoridade competente.
- Alexandre hospedou, no hotel do qual é responsável, um adolescente que estava desacompanhado de seus pais ou de um responsável e sem autorização escrita deles ou de autoridade judiciária.

Nessas situações hipotéticas, de acordo com o que prevê o ECA,

- A** somente Gabriel e Alexandre responderão por crime.
- B** somente Júlia e Alexandre responderão por infração administrativa.
- C** somente Gabriel e Alexandre responderão por infração administrativa.
- D** Gabriel, Júlia e Alexandre responderão por crime.
- E** somente Gabriel e Júlia responderão por crime.

**QUESTÃO 33**

A Declaração Universal dos Direitos Humanos

- A** não apresenta força jurídica vinculante, entretanto consagra a ideia de que, para ser titular de direitos, a pessoa deve ser nacional de um Estado-membro da ONU.
- B** não prevê expressamente instrumentos ou órgãos próprios para sua aplicação compulsória.
- C** prevê expressamente a proteção ao meio ambiente como um direito de todas as gerações, bem como repudia o trabalho escravo, determinando sanções econômicas aos Estados que não o combaterem.
- D** é uma declaração de direitos que deve ser respeitada pelos Estados signatários, mas, devido ao fato de não ter a forma de tratado ou convenção, não implica vinculação desses Estados.
- E** inovou a concepção dos direitos humanos, porque universalizou os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, privilegiando os direitos civis e políticos em relação aos demais.

**QUESTÃO 34**

De acordo com a Lei n.º 7.210/1984 — LEP —, a prestação de trabalho

- A** decorrente de pena restritiva de direito deve ser remunerada.
- B** em ambiente externo tem de ser autorizada pelo juiz da execução penal e depende de critérios como aptidão, disciplina e responsabilidade.
- C** a entidade privada depende do consentimento expresso do preso, que terá sua autorização de trabalho revogada se for punido por falta grave.
- D** é obrigatória tanto para o preso provisório quanto para o definitivo.
- E** externo é proibida ao preso provisório e ao condenado que cumpre pena em regime fechado.

**QUESTÃO 35**

José subverteu a disciplina interna do estabelecimento prisional por ter praticado ato previsto como crime.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que prevê a LEP relativamente ao RDD,

- A** o RDD poderá ser aplicado a José pelo diretor do estabelecimento prisional, que, na decisão, deverá considerar o comportamento de José e os motivos de sua prisão.
- B** a submissão de José ao RDD ocorrerá se o crime praticado por ele for tipificado na modalidade dolosa ou culposa, que cause dano ao patrimônio ou à integridade física de outrem.
- C** para que José seja submetido ao RDD, o crime por ele cometido deve ser doloso e ter sido praticado com violência ou grave ameaça a pessoa, hipótese que configura falta grave.
- D** não será admitida a aplicação do RDD a José se ele for um preso provisório, uma vez que a LEP prevê ser requisito para esse regime o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- E** se for submetido ao RDD, José ficará recolhido em cela individual, terá direito a visitas semanais e poderá sair da cela diariamente para banho de sol.

**QUESTÃO 36**

De acordo com as disposições da LEP, o recolhimento em residência particular somente será admitido quando se tratar de

- A** condenada em regime qualquer aberto que tenha filho portador de deficiência física ou mental.
- B** condenado acometido de doença grave, independentemente do regime de cumprimento da pena.
- C** condenada em avançado estado de gravidez, independentemente do regime de cumprimento da pena.
- D** condenada que tenha filho menor de idade e esteja em regime aberto ou semiaberto.
- E** condenado cuja idade ultrapasse os setenta anos e que esteja em qualquer regime diverso do fechado.

**QUESTÃO 37**

De acordo com a LEP, se um preso for comunicado sobre o falecimento de uma irmã dele,

- A** o juiz da execução poderá autorizar a saída temporária do preso para comparecimento ao enterro, desde que ele apresente bom comportamento no estabelecimento prisional.
- B** ele não terá direito à saída do estabelecimento prisional, devido ao fato de não haver previsão de concessão desse benefício em caso de falecimento de irmão.
- C** o diretor do estabelecimento prisional poderá conceder a permissão de saída ao preso, independentemente de ele ser preso provisório ou de estar cumprindo pena em regime fechado.
- D** o diretor do estabelecimento deverá comunicar o falecimento ao juiz da execução, que poderá conceder a permissão de saída para o preso, ficando este sujeito à monitoração eletrônica caso esteja cumprindo pena em regime semiaberto ou aberto.
- E** o diretor do estabelecimento poderá autorizar a saída temporária do preso, que, mediante escolta, poderá permanecer fora do estabelecimento prisional pelo tempo que for necessário para cumprir a finalidade da saída.

**QUESTÃO 38**

Por ter praticado infração penal contra Lúcio, Ana foi presa em flagrante e conduzida à delegacia, onde se constatou que o tipo penal correspondente à infração praticada por Ana prevê pena máxima de dois anos e multa.

Nessa situação hipotética, a autoridade policial deverá

- A** exigir o pagamento da fiança, devido ao fato de o crime admitir pena de multa.
- B** instaurar IP mediante a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- C** converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, por não se tratar de crime de menor potencial ofensivo.
- D** lavrar termo circunstanciado e encaminhá-lo ao juizado juntamente com a autora do fato e a vítima.
- E** encaminhar imediatamente as partes ao juizado, para audiência de conciliação.

**QUESTÃO 39**

Uma pessoa denunciada por crime para o qual a pena mínima é igual a um ano recebeu e aceitou uma proposta do MP prevista na Lei n.º 9.099/1995. Nesse caso, a proposta em questão caracteriza-se como uma

- A** suspensão condicional da pena, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser condenada definitivamente por outro crime.
- B** transação penal, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- C** transação penal, caso o crime cometido seja de menor potencial ofensivo.
- D** suspensão condicional da pena, pois a pessoa cometeu crime de menor potencial ofensivo.
- E** suspensão condicional do processo, que poderá ser revogada se a pessoa vier a ser processada por contravenção penal no curso do prazo.

**QUESTÃO 40**

De acordo com os termos da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais cíveis e criminais, na situação em que um indivíduo tenha sido preso em flagrante por ter cometido furto simples — cuja pena prevista é de reclusão, de um a quatro anos, e multa —, o MP, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, estando presentes os demais requisitos que autorizem a suspensão condicional da pena, previstos em artigo do CP. Nesse caso,

- A** o MP poderá propor a suspensão do processo ainda que o réu tenha sido condenado por outro crime na semana anterior à do cometimento do furto.
- B** se o juiz deferir a suspensão do processo, o prazo da prescrição penal do crime correrá durante o curso do prazo da suspensão.
- C** se for deferida a suspensão do processo, a autoridade judiciária deverá declarar extinta a punibilidade depois de expirado o prazo, sem revogação da suspensão.
- D** se o juiz deferir a suspensão do processo, esta será mantida ainda que no seu curso o indivíduo venha a ser processado por contravenção penal.
- E** a decisão do juiz, pelo deferimento da suspensão do processo, independará da aceitação do acusado.

**QUESTÃO 41**

O juizado especial cível da justiça federal é competente para processar e julgar

- A** causa entre Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no Brasil.
- B** ação de anulação de ato administrativo federal de lançamento fiscal.
- C** ação sobre bem imóvel da União.
- D** mandado de segurança referente a disputa sobre direitos indígenas.
- E** causa entre organismo internacional e município brasileiro.

**QUESTÃO 42**

De acordo com a LEP, se determinado preso provisório cometer crime doloso após o encarceramento, ele estará sujeito ao regime disciplinar diferenciado, sem prejuízo da sanção penal,

- A** mediante decisão da autoridade administrativa competente, independentemente da manifestação do juiz competente.
- B** por decisão da autoridade administrativa competente, precedida da manifestação do MP e da defesa.
- C** caso o novo ato cometido, previsto como crime doloso, seja punível com reclusão.
- D** que poderá limitar o número de pessoas e a duração das visitas semanais.
- E** depois de transitar em julgado eventual decisão condenatória do crime que motivou a sua prisão, pois, como preso provisório, ele não pode ser sujeito ao referido regime.

**QUESTÃO 43**

- Vera destruiu grande quantidade de matéria-prima com o fim de provocar alta de preço em proveito próprio.
- Túlio formou acordo entre ofertantes, visando controlar rede de distribuição, em detrimento da concorrência.
- Lucas reduziu o montante do tributo devido por meio de falsificação de nota fiscal.

De acordo com a Lei n.º 8.137/1990, que regula os crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo, nas situações hipotéticas apresentadas, somente

- A** Vera cometeu crime contra a ordem econômica.
- B** Lucas cometeu crime contra as relações de consumo.
- C** Vera e Túlio cometeram crime contra a ordem tributária.
- D** Vera e Lucas cometeram crime contra as relações de consumo.
- E** Túlio cometeu crime contra a ordem econômica.

**QUESTÃO 44**

Com relação às infrações penais previstas na Lei n.º 8.078/1990, que instituiu o CDC, assinale a opção correta.

- A** No processo penal referente às infrações previstas no CDC, é vedada a atuação de assistentes do MP.
- B** Todas as infrações tipificadas no CDC possuem pena máxima prevista de até dois anos.
- C** Para que o infrator possa ser processado e julgado, é necessário que ele tenha agido com dolo.
- D** A pena será agravada se a infração for cometida no período noturno.
- E** A pena será agravada se a infração for cometida em domingo ou feriado.

**QUESTÃO 45**

De acordo com a LO-PC/GO, que dispõe sobre os princípios, a organização e o funcionamento da instituição bem como sobre as competências, as prerrogativas, as garantias e os deveres de seus servidores, assinale a opção correta.

- A** Não poderá concorrer a promoções o policial civil que, a juízo do Conselho Superior da Polícia Civil, estiver respondendo a processo administrativo disciplinar ou criminal.
- B** O quadro básico de pessoal efetivo da PC/GO é integrado pelos cargos de delegado de polícia, perito criminal, médico legista, escrivão de polícia, agente de polícia e papiloscopista policial.
- C** As remunerações dos servidores policiais civis do estado de Goiás compõem-se de uma parcela fixa e uma parte variável de acordo com os cargos da carreira e as condições especiais de prestação de serviço, compreendida por adicionais, gratificações e verbas indenizatórias.
- D** No conceito de atuação técnico-científica e imparcial na condução da atividade investigativa, está compreendido o exercício de perícia oficial como atribuição específica da PC/GO.
- E** O servidor policial civil, em qualquer situação, tem prioridade para requisitar e utilizar, quando necessário, serviços de transporte e comunicação públicos e privados, respeitadas as prerrogativas das demais carreiras.

**QUESTÃO 46**

À luz da LO-PC/GO, assinale a opção correta no que diz respeito à estrutura, organização e competência da PC/GO.

- A** É atribuição exclusiva do secretário de segurança pública, mediante proposição do delegado-geral, autorizar o policial civil a afastar-se da respectiva unidade federativa, em serviço e dentro do país, bem como determinar a instauração de processo administrativo disciplinar e(ou) sindicância policial.
- B** A PC/GO é órgão autônomo dotado de autonomia financeira e administrativa, cabendo aos seus órgãos de instância superior o planejamento, a programação e a dotação de seus investimentos.
- C** Os policiais civis legalmente investidos nos cargos da carreira policial do estado de Goiás gozam de autonomia e independência funcional no exercício das suas respectivas atribuições.
- D** As unidades de Assessoramento Superior da PC/GO têm como atribuições a proposição, a deliberação e a definição das políticas de caráter institucional.
- E** As unidades de execução operativa da PC/GO, a exemplo das delegacias de polícia distritais e delegacias de polícia especializadas estaduais, têm por finalidade o exercício das funções de polícia judiciária e a investigação policial.

**QUESTÃO 47**

Ainda à luz da LO-PC/GO, assinale a opção correta em relação ao quadro de pessoal, às atribuições dos cargos e às garantias do servidor policial civil de Goiás.

- A** Aplicam-se aos policiais civis do estado de Goiás as mesmas regras de promoção fixadas para os demais servidores públicos estaduais.
- B** Os cargos em comissão de gerente de administração e finanças e gerente da assessoria técnico-policial poderão ser ocupados por agentes ou escrivães da polícia.
- C** Para o cômputo de tempo de antiguidade na classe em que se encontra o servidor, não serão deduzidos o interregno ocorrido em razão do tempo de afastamento devido a licença por motivo de saúde.
- D** As chefias de cartório e de investigação de cada delegacia de polícia somente poderão ser ocupadas, respectivamente, por um agente de polícia e um escrivão de polícia de classe especial.
- E** São atribuições do chefe de cartório, entre outras, o gerenciamento do atendimento ao público e o registro de ocorrências criminais.

**QUESTÃO 48**

O estágio probatório de servidor nomeado para cargo de provimento efetivo do governo do estado de Goiás tem o objetivo de apurar os requisitos necessários à sua confirmação no cargo para o qual foi nomeado. Os requisitos básicos a serem apurados no referido estágio probatório, previstos na LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações, incluem

- A** idoneidade moral.
- B** disciplina.
- C** iniciativa.
- D** vigor físico.
- E** aptidão.

**QUESTÃO 49**

Juscelino, servidor público do estado de Goiás, praticou, no exercício da função, ato que resultará em sua responsabilização nas esferas civil, penal e administrativa. Entretanto, a sentença criminal o absolveu por falta de provas.

Nessa situação hipotética, de acordo com a LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações,

- A** a absolvição criminal afasta a responsabilidade administrativa, mas não a responsabilidade civil de Juscelino.
- B** as responsabilidades civil e administrativa não poderão acumular-se, pois são dependentes.
- C** seria necessário que o ato praticado por Juscelino tivesse sido doloso, para que ele fosse responsabilizado civilmente.
- D** a absolvição criminal não afasta as responsabilidades civil e administrativa de Juscelino.
- E** a absolvição criminal afasta a responsabilidade civil, mas não a responsabilidade administrativa de Juscelino.

**QUESTÃO 50**

Se os motivos determinantes da aposentadoria por invalidez de determinado funcionário do estado de Goiás forem considerados insubsistentes, o retorno desse funcionário às atividades no mesmo cargo será considerado, de acordo com a LEG n.º 10.460/1988 e suas alterações,

- A** readaptação.
- B** reversão.
- C** aproveitamento.
- D** reintegração.
- E** recondução.

Espaço livre